



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO I DO ETP**

**MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

MAPA DE RISCOS			
RISCO	EXPOSIÇÃO	ESTRATÉGIA	AÇÕES
Descrição do risco identificado	Nível de exposição ao risco, conforme matriz de Probabilidade x Impacto Baixa, Média, Alta ou Muito Alta.	Escolha da estratégia de resposta ao risco. Transferência, Eliminação, Mitigação, Aceitação Ativa ou Aceitação Passiva.	Identificação das ações para execução da estratégia escolhida.
Licitação deserta ou fracassada.	Média	Mitigação Aceitação ativa	Consulta a fornecedores especializados, análise de licitações similares bem sucedidas, adequação das exigências técnicas e definição de valores estimados alinhados aos custos reais do mercado. Republicar o certame com ajustes nos pontos que resultaram no insucesso. Responsável: equipe de planejamento.
Dimensionamento inadequado dos serviços.	Média	Eliminação Mitigação	Consultar os relatórios de produção do contrato vigente. Estimar o consumo considerando eventual crescimento na demanda pelo serviço. Responsável: equipe de planejamento.
Incidência de agente patogênico sazonal previsível, que acarrete aumento na produção de RSS (como gripe, dengue, etc).	Alta	Aceitação ativa	Considerar o aumento na produção de RSS por causa de doenças sazonais na estimativa de quantidades, tendo em vista a séria histórica dos contratos anteriores. Responsável: equipe de planejamento.
Surgimento de agente patogênico imprevisível (pandemia/epidemia), com aumento na produção de RSS.	Baixa	Aceitação ativa Aceitação passiva	Realizar o acréscimo contratual das quantidades, conforme necessidade devidamente justificada. Promover eventual dispensa emergencial para a demanda acima do limite contratual. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Abertura ou necessidade de alteração dos	Média	Mitigação Aceitação ativa	Inserir cláusula contratual prevendo a possibilidade de modificação dos pontos de coleta de RSS. Responsável: equipe de



pontos de coleta de resíduos.			planejamento.
Acréscimo do custo financeiro da empresa contratada em razão de alteração dos pontos de coleta (fato da administração).	Média	Aceitação ativa	Prever no contrato cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro. Concessão do reequilíbrio mediante comprovação do impacto financeiro das novas/alterações dos pontos de coleta, cujos custos eram imprevisíveis na época da elaboração da proposta. Responsável: equipe de planejamento, gestor e fiscal do contrato.
Aumento dos custos em decorrência de novas exigências nas condicionantes do licenciamento ambiental (como novas tecnologias).	Baixa	Aceitação ativa	Prever no contrato cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro. Concessão do reequilíbrio mediante comprovação do impacto financeiro das novas exigências do licenciamento ambiental, desde que não previstas na proposta ou não previsíveis. Responsável: equipe de planejamento, gestor e fiscal do contrato.
Aumento da tributação sobre combustíveis.	Média	Aceitação ativa	Inclusão de cláusula contratual prevendo o reequilíbrio econômico-financeiro. A variação da carga tributária deve ser apurada mediante comprovação do impacto do acréscimo no preço dos insumos, desde que acima da inflação. Responsável: equipe de planejamento, gestor e fiscal do contrato.
Impacto nos custos em virtude da alteração na classificação de RSS pela entidade regulatória.	Baixa	Aceitação ativa	Inclusão de cláusula contratual que preveja o reequilíbrio econômico-financeiro caso ocorra alteração na classificação dos resíduos pelas entidades regulatórias com impacto nos preços do serviço. O reequilíbrio será concedido mediante a comprovação do aumento do volume reclassificado e a demonstração da diferença de custo unitário entre o tratamento original e o novo tratamento exigido (ex: o custo da incineração vs. o custo da disposição em aterro). Responsável: equipe de planejamento, gestor e fiscal do contrato.
Necessidade de ajuste de preços em decorrência de processo inflacionário.	Média	Aceitação ativa	Inclusão de cláusula contratual prevendo o reajuste anual dos preços contratados. Responsável: equipe de planejamento, gestor e fiscal do contrato.
Risco de descontinuidade do serviço (falência, suspensão do licenciamento, encerramento da subcontratação).	Média	Mitigação Aceitação ativa	Monitoramento da saúde financeira da contratada e de suas principais subcontratadas, mediante exigência de certidão negativa de falência. Exigir que a empresa contratada apresente as suas licenças ambientais e de todas as suas subcontratadas. Prever a obrigação de substituir a subcontratada no caso de encerramento do vínculo contratual com a empresa subcontratada, sem interrupção da continuidade do serviço. Responsável: equipe de planejamento, gestor e fiscal do contrato.
Destinação inadequada dos resíduos (ex: aterro não licenciado).	Baixa	Mitigação	Exigir comprovação da cadeia de custódia completa (MTR/CDF) e fiscalizar a regularidade das licenças das unidades de destino final. Responsável: gestor e fiscal do



			contrato.
Risco de responsabilização subsidiária em danos ambientais (Súmula 652 do STJ).	Baixa	Eliminação	Não se omitir no dever de fiscalizar a execução contratual. Criar um plano de fiscalização das obrigações passíveis de ocasionar dano ambiental. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Risco de a empresa reduzir a periodicidade da coleta, impactando a higiene e a segurança das unidades de saúde, mediante o acúmulo de RSS nas unidades geradoras.	Baixa	Eliminação Mitigação	Exigir o serviço com a periodicidade adequada, de forma que não promova o acúmulo de RSS nas unidades geradoras. Fiscalizar essa obrigação. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Operação do serviço com as licenças ambientais vencidas.	Baixa	Mitigação	Fiscalização e comprovação periódica da validade das Licenças Ambientais de Operação (LAOs). Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Segregação e acondicionamento inadequado dos resíduos pelas unidades geradoras.	Alta	Mitigação	Implementação de um programa de capacitação para o pessoal das unidades geradoras. Elaboração do PGRSS, contendo a descrição de procedimentos de segregação, acondicionamento e armazenamento temporário. Cumprir as cores/identificação, embalagens e tipos de acondicionamento previstos em normas técnicas aplicáveis (desde sacos/recipientes adequados, resistência, impermeabilidade, identificação de risco). Responsáveis: coordenadores das unidades e fiscal do contrato.
Risco de vazamento ou rompimento dos sacos.	Baixa	Mitigação	Fiscalizar a qualidade e resistência dos sacos e recipientes comprados. Prever a necessidade de plano de contingência para vazamentos/derrames e transporte (treinamentos, kits, contatos). Responsável: gerente do almoxarifado, gestor e fiscal do contrato.
Risco de contaminação cruzada.	Média	Mitigação	Exigir procedimentos padrão (POP) para limpeza e desinfecção de veículos e equipamentos entre as coletas. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Pessoal sem EPIs.	Média	Eliminação	Fiscalizar a entrega de EPIs (preenchimento de ficha de EPI). Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Pessoal não treinado.	Baixa	Eliminação	Exigir equipe treinada e certificados (treinamento tais como o de manuseio, uso de EPI, resposta a emergências, comunicação de riscos, etc.). Registros de capacitação devem estar disponíveis para fiscalização. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Não conformidade do transporte (licenciamento, sinalização, etc).	Média	Mitigação	Veículos em conformidade com a regulamentação de transporte terrestre de produtos perigosos (sinalização com placas quando aplicável, treinamento dos motoristas,



			EPI, ficha de emergência, envelope de emergência conforme ABNT/ANTT). Exigir inspeção técnica dos veículos. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Falha na rastreabilidade.	Média	Eliminação	Emitir e acompanhar o MTR e manter cadeia de custódia registrada. Uso obrigatório do SINIR por todos os agentes da cadeia de custódia de RSS. Obrigar a empresa contratada a fornecer relatórios de movimentação dos RSS. Responsáveis: servidores das unidades geradoras, gestor e fiscal do contrato.
Ausência do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).	Baixa	Mitigação	Treinar unidades geradoras para uso do SINIR para emissão do MTR. Exigir registro da empresa contratada no SINIR e capacidade de acompanhar MTR. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Ausência do Certificado de Destinação Final (CDF).	Média	Mitigação	Exigir a entrega obrigatória do CDF como condição para a aprovação e pagamento final do serviço, na condição de comprovação da destinação adequada. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Inconsistências na pesagem dos RSS.	Baixa	Mitigação	Prever no contrato a calibração periódica e fiscalização dos equipamentos de pesagem por órgão metrológico, além da imposição de penalidades por fraudes. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Acidente com veículo transportando produtos perigosos.	Baixa	Mitigação	Exigir plano de atendimento a emergências. Responsável: equipe de planejamento.
Falha no processo de inativação microbiana, vazamento de substâncias perigosas no tratamento e demais falhas na unidade de tratamento que acarretam riscos sanitários e ambientais.	Baixa	Mitigação Transferência	Exigir destinadores com licença ambiental específica para cada tipo de resíduo (incineração controlada, coprocessamento, aterro classe I, etc.) e comprovantes de recepção dos RSS (baixa no MTR/SINIR). Transferir ao órgão de licenciamento ambiental a fiscalização das condicionantes do licenciamento ambiental relativas às unidades de tratamento. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Disposição de RSS em local não licenciado.	Baixa	Mitigação	Exigir e acompanhar a destinação licenciada mediante comprovação pelo CDF. Apresentar prova do vínculo contratual no caso de subcontratação, se a destinação final não for realizado pela empresa contratada. Responsável: gestor e fiscal do contrato.
Ausência de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).	Muito alta	Eliminação	Elaborar PGRSS (para RSS) conforme legislações vigentes, contendo procedimentos de segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte, destinação e controle de cadeia de custódia. Responsáveis: coordenadores das unidades geradoras.



**PREFEITURA DE  
CAÇADOR**

*Cuidar do presente, transformar o futuro!*

SECRETARIA  
DE SAÚDE

Caçador, 13 de janeiro de 2025.

---

**Jônathan de Souza Barbosa**  
Assistente Administrativo